

serão excluídos do procedimento, os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção;

4.8 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

5 — As actas dos júris, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha de classificação e os sistemas de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas;

6 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos será publicada na página electrónica desta Câmara Municipal e remetida aos candidatos por correio electrónico ou ofício registado, oportunamente, após aplicação dos métodos de selecção

7 — Disposições específicas de cada concurso

7.1 — Concurso A — Assistente técnico (área de topografia) a afectar à Divisão de Investimentos Municipais do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território

7.1.1 — Unidades a contratar: uma

7.1.2 — Conteúdos específicos da prova de conhecimentos de natureza teórica: prova de natureza individual, terá a duração máxima de 90 minutos e será pontuada de 0 a 20 valores. A prova versará, no todo ou em parte, sobre a seguinte legislação: Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/209/A, de 6 de Agosto); Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Decreto-Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro); Modelo de organização interna do município de Angra do Heroísmo (despacho n.º 1745/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 21 de Janeiro de 2011). A prova escrita contará ainda com uma componente teórica na resolução de exercícios relacionados com a actividade prática e diária de um topógrafo.

7.1.3 — Composição e identificação do júri:

Presidente do júri — Chefe da Divisão de Unidade de Investimentos Municipais, Eng.º Gil da Silva Navalho.

Vogais — Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, Eng.º Artur Reis Leite Furtado Gonçalves, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e a técnica superior, Jesuína Maria Barcelos Costa.

Vogais suplentes — técnico superior (área de urbanismo) Dr. Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira e a técnica superior (área de recursos humanos) Dr.ª Amanda Nunes de Almeida;

7.2 — Concurso B — Assistente operacional (auxiliar de serviços gerais);

7.2.1 — Unidades a contratar: duas a afectar à Unidade de Coordenação de Meios Operacionais do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território;

7.2.2 — Conteúdos específicos da prova de conhecimentos de natureza prática: prova de natureza individual, terá a duração máxima de 20 minutos e será pontuada de 0 a 20 valores. A prova consistirá numa explicação, no local do Bailão, por parte dos candidatos, das tarefas que o vigilante terá que realizar num dia de trabalho. O candidato terá que percorrer, a pé, todo o espaço físico do parque de estacionamento do Bailão e edifício de apoio e indicar as tarefas diárias que um assistente deve cumprir. Serão considerados os seguintes parâmetros de avaliação: compreensão das tarefas (25 %); qualidade de realização das tarefas (25 %); celeridade na execução das tarefas (25 %); grau de conhecimentos demonstrados (25 %);

7.2.3 — Composição e identificação do júri:

Presidente — Coordenador da Unidade de Meios Operacionais, em regime de substituição, Dr. André Vasconcelos Avelar.

Vogais — técnico superior (área de engenharia agrícola) Eng.º António Eurico Vaz da Ponte, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e a técnica superior Jesuína Maria Barcelos Costa.

Vogais suplentes — Coordenadora técnica, Regina de Fátima Rocha Dias Cardoso e o Encarregado Geral Operacional, César Augusto Brasil Barcelos;

7.3 — Concurso C — Assistente operacional (motorista de pesados).

7.3.1 — Unidades a contratar: uma a afectar à Unidade de Coordenação de Meios Operacionais.

7.3.2 — Conteúdos específicos da prova de conhecimentos de natureza teórica: prova de natureza individual, terá a duração máxima de 90 minutos e será pontuada de 0 a 20 valores. A prova consistirá num teste escrito com 20 perguntas de resposta múltipla, versará o todo ou em parte, sobre a seguinte legislação: Código da Estrada (Decreto-Lei n.º 114/94, de 16 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro e pela Lei n.º 46/2010, de 7 de Setembro);

7.3.3 — Composição e identificação do júri:

Presidente — Coordenador da Unidade de Meios Operacionais, em regime de substituição, Dr. André Vasconcelos Avelar.

Vogais — Chefe da Divisão de Unidade de Investimentos Municipais, Eng.º Gil da Silva Navalho, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e a assistente técnica Dr.ª Angela Sofia Rodrigues Jorge Vieira.

Vogais suplentes — técnica superior, Jesuína Maria Barcelos Costa e a assistente técnica Fernanda Cristina Pires Amorim Belo Santos.

8 — Consulta à ECCRC — de acordo com a informação extraída das FAQ's da DGAEP em 21 de Maio de 2009, não tendo ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, encontra-se temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

9 — A duração do período experimental será efectuado nos termos do artigo 76.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, sendo o júri do período experimental o designado para o procedimento concursal;

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação;

6 de Setembro de 2011. — O Chefe da Divisão de Conformidade e Qualidade, por subdelegação de competências, *Ruben Filipe Fournier Costa Pereira*.

305099667

MUNICÍPIO DE ANSIÃO

Aviso n.º 19447/2011

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessou, por motivos de aposentação, a relação jurídica de emprego público do seguinte trabalhador:

Fernando Jesus Mendes — Assistente Operacional, posição remuneratória 4, Nível 4-1, desligado do serviço em 01-08-2011.

18 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Rui Alexandre Novo e Rocha*, Dr.

305084113

MUNICÍPIO DE ARGANIL

Aviso (extracto) n.º 19448/2011

Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil,

Faz público que, em cumprimento do disposto no art. 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, de acordo com os seus despachos n.º 66 e 68/2011 DAGF de 22/08/2011 e na sequência de procedimentos concursais comuns de recrutamento abertos por meus despachos n.º 22/PC12.1/2011 e n.º 21/PC11.1/2011 de 15/02/2011, no seguimento da autorização proferida pela Câmara Municipal em sua reunião de 04/01/2011, publicitados pelo aviso n.º 6279/2011 na 2.ª série do *Diário da República* n.º 45, de 04/03/2011, foram celebrados, em 24/08/2011, contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com fundamento no n.º 3 do art. 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, entre o Município de Arganil e os seguintes trabalhadores:

Paulo Jorge Freire Rijo, na carreira e categoria de Assistente Operacional, área funcional de pintura e sinalética, com a remuneração ilíquida mensal de 485,00€, valor correspondente à remuneração mínima mensal garantida e à 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, em conformidade com o art. 2.º e anexo III do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31/07 e ao nível remuneratório I da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12.

Paulo Manuel da Silva Costa, na carreira e categoria de Assistente Operacional, área funcional de vias, com a remuneração ilíquida mensal de 485,00€, valor correspondente à remuneração mínima mensal garantida e à 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, em conformidade com o art. 2.º e anexo III do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31/07 e ao nível remuneratório I da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12.

Atendendo ao art. 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11/09 conjugado com o art. 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do art. 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11/09, os períodos experimentais dos trabalhadores ora contratados serão de 90 dias iniciando-se em 24/08/2011.

Ao acompanhamento, avaliação final, conclusão com sucesso, conclusão sem sucesso e contagem do tempo do serviço decorrido nos períodos experimentais são aplicáveis as regras previstas no art. 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02.

Para os efeitos previstos no n.º 3 da disposição legal anteriormente mencionada, foi designado o seguinte Júri:

Presidente — Ricardo Manuel Correia Dias, Técnico Superior, área funcional de coordenação (Divisão de Gestão Urbanística);

1.º Vogal Efectivo — António José da Costa Travassos Vasconcelos, Encarregado Operacional, área funcional de águas (Divisão de Gestão Urbanística);

2.º Vogal Efectivo — Mário de Jesus Almeida, Encarregado Operacional, área funcional de saneamento (Divisão de Gestão Urbanística);

Vogais suplentes — Carla Sofia Bandeira Neves, Técnica Superior, área funcional de engenharia civil (Divisão de Gestão Urbanística) e Carlos Alberto Figueiredo Oliveira, Assistente Operacional, área funcional de electricidade (Divisão de Gestão Urbanística).

Atendendo ao n.º 4 e 5 do art. 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, a avaliação final do período experimental será expressa numa escala de 0 a 20 valores e será baseada na seguinte fórmula: 60 %ER + 30 % RT + 10 % FP, em que ER = Elementos recolhidos pelo Júri, RT = Relatório apresentado pelo trabalhador e FP = acções de formação profissional frequentadas pelo trabalhador.

19 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo João Barata Pereira Alves*.

305140595

MUNICÍPIO DE AVEIRO

Aviso n.º 19449/2011

Procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhadores com vista à ocupação de 32 postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da CMA, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, de 19/02/2010 — Aviso n.º 3641/2010.

Em cumprimento com o disposto no artigo n.º 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal supra e de acordo com as listas unitárias de ordenação final, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes candidatos:

Carla Patrícia Mendonça Silva, Virgílio António Couceiro Cruz Nogueira, Paula Cristina Martins Rocha e Carla Alzira Cruz Semedo, na carreira/categoria de Técnico Superior — 2.ª posição, nível remuneratório 15, a que corresponde o valor de 1.201,48€.

Catarina Seabra Magalhães Caldeira Albuquerque, na carreira/categoria de Técnico Superior — 1.ª posição, nível remuneratório 11, a que corresponde o valor de 995,51€.

Andreia Patrícia Peralta Dias, Lucie Cascais Froufe e Marta Isabel Pereira Abrunheiro, na carreira/categoria de Assistente Técnico — 1.ª posição, nível remuneratório 5, a que corresponde o valor de 683,13€.

08 de Setembro de 2011. — A Vereadora em Exercício Permanente, *Dr.ª Maria da Luz Nolasco Cardoso*.

305119446

MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Aviso n.º 19450/2011

Licença Sem Remuneração

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, torna-se público que, por meus despachos datados de 01-08-2011 e 16-08-2011, foi autorizada licença sem remuneração, aos trabalhadores desta autarquia, Francisco António Carapinha Rodrigues Parracho, assistente operacional, e Sónia

Maria Nunes Oliveira, assistente técnica, a partir de 5 de Setembro e 12 de Setembro de 2011, pelo período de 60 dias e 11 meses, respectivamente.

14 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *António José Ganhão*.

305130089

MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE

Aviso n.º 19451/2011

Lista de Ordenação Final

Para efeitos do disposto no n.º 4 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com as alterações da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final e notificam-se os candidatos, do procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para três postos de trabalho de Assistente Operacional (Nadador Salvador), aberto por aviso datado de 30 de Maio de 2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 114, de 15 de Junho de 2011, do acto de homologação da lista de ordenação final, por despacho do Presidente da Câmara, datado de 21/09/2011:

A lista encontra-se disponível na página electrónica deste Município, em www.cm-castroverde.pt, e afixada no átrio do edifício dos Paços do Concelho.

21 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Caldeira Duarte*.

305150411

MUNICÍPIO DE ELVAS

Aviso n.º 19452/2011

Homologação da lista Unitária de Ordenação Final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, torna-se pública a lista unitária de ordenação final resultante do procedimento concursal comum para a ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato por tempo indeterminado na categoria/careira de Assistente Técnico para a SOFTI aberto por aviso n.º 6387/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 47 de 8 de Março de 2011, lista essa homologada por despacho do senhor Presidente da Câmara datado de 7 de Setembro de 2011 e adiante transcrita:

Candidatos aprovados:

Susana Maria dos Anjos Quintas: 15,55 valores

Aurélio Fernando Santos Silva: 13,55 valores

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da mesma Portaria, ficam desta forma notificados todos os candidatos ao procedimento concursal acima referido do acto de homologação da lista unitária de ordenação final.

Da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

A presente homologação da lista encontra-se igualmente disponível para consulta na página electrónica deste Município, em www.cm-elvas.pt e afixada no átrio do Edifício dos Paços do Concelho.

16 de Setembro de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Elvas, *Nuno Miguel Fernandes Mocinha*.

305135921

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Aviso n.º 19453/2011

Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 3, do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e para os efeitos previstos no n.º 1 do referido artigo, no âmbito do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 20518/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201 de 15/10/2010, vem o Júri notificar os interessados de que se procedeu à correcção da lista de ordenação final, tendo em atenção os critérios estabelecidos no artigo 35.º da